

E pronto. Daí até o fim do livro, seguem-se descrições e interpretações de muitos episódios que visam, basicamente, recuperar os entendimentos que os sujeitos históricos possuíam sobre a escravidão e a liberdade. Diga-se, aliás, com todas as letras, que em alguns momentos isso é feito com muita habilidade. Mas o problema aqui é outro: ainda não foi desta vez que se encontrou uma reflexão teórica satisfatória que articule os episódios do cotidiano e as transformações mais globais da estrutura social.

CAMPOS, Flávio de. *História ibérica: apogeu e declínio*. São Paulo, Contexto, 1991. 95 p. (Col. Repensando a História Geral)

Joaci Pereira Furtado
Mestrando Em História
Pela Universidade
De São Paulo

Desde que a *Coleção Primeiros Passos* deu certo, provocando verdadeira revolução editorial, uma infinidade de iniciativas semelhantes pipocaram ao longo dos anos 80, procurando imitar a receita infalível elaborada em 1979 pela Brasiliense:

textos simples e agradáveis sobre assuntos interessantes ou em evidência, visando um público motivado (e geralmente jovem), não iniciado no pedante dialeto acadêmico. Ficou provado que, além de ser possível filosofar em outra língua que não o alemão, havia um mercado tão extenso quanto inexplorado, carente desses livros de "divulgação". Os mais de 150.000 exemplares vendidos (num país onde tiragens de 3.000 são consideradas grandes) de *O que é ideologia*, de Marilena Chauí, dão boa mostra do sucesso desse tipo de publicação.

País que, segundo Antônio Houaiss, abriga uma sociedade ágrafa, já que, no mínimo, 70% (e não 30%, como afirma o governo) de sua população são analfabetos, o Brasil não poderia ser menos receptivo a essas investidas editoriais. Desprovido de (in)formação, exilado das bibliotecas, achatado em seu poder aquisitivo e sem qualquer fôlego para enfrentar diretamente os "clássicos", o leitor médio brasileiro tem hoje à sua disposição uma infinidade de livros que nunca ultrapassam 100 páginas, com parágrafos curtos, letras grandes, linguagem despojada, ilustrações criativas, formato de bolso, capa e preços igualmente atraentes. A própria Brasiliense tratou de repetir a fórmula da *Primeiros Passos* em

áreas mais específicas, com, por exemplo, a *Coleção Tudo é História*. Conquistando rapidamente o meio estudantil, essas coleções tornam-se, com frequência, a única e sofrida leitura de muitos alunos do 3º grau - sobretudo os de faculdades privadas. Pensadas como pontos de partida, acabam por constituir o horizonte bibliográfico de futuros professores de 1º e 2º graus.

Isso não quer dizer que esses livros são meras resenhas, espécie de subliteratura acadêmica a transmitir saber requeentado. Essa postura é própria de certa tradição intelectual brasileira, acastelada numa linguagem hermética, que mais cansa do que convence, como se o conhecimento fosse algo acessível apenas através de códigos velados, exclusivos de uma confraria onde nada pode ser dito em menos de 300 páginas. Publicações como as da *Série Princípios (Ática)*, *Discutindo a História (Atual)* e *Repensando a História (Contexto)* têm o mérito de demonstrar que o intelectual pode servir-se de textos curtos e da linguagem até jornalística para dizer o que pensa, sem confundir expressão simplificada com idéia empobrecida. Autores como *Ciro Flamarion S. Cardoso*, *Jacob Gorender* e *Laura de Mello e Souza*, entre outros, não são pouco instigantes em seus livros de "divulgação". Pelo contrário, serviram-se deles para lançar idéias

novas. Mais que isso, muitas vezes conseguiram transformar o leitor curioso em interessado e este no pós-graduando que teve, nas sugestões bibliográficas do livrinho, o início de sua pesquisa.

História ibérica: apogeu e declínio, de Flávio de Campos, enquadra-se nessa parcela do vasto universo editorial. Eficiente, em 95 páginas ele dá conta de iniciar o leitor num tema normalmente tratado com ligeireza, mesmo nos cursos de graduação de história: a *União Ibérica (1580-1640)*.

Segundo o autor, longe de ser responsável pela "decadência" de Portugal e Espanha, a unificação das coroas ibéricas foi decorrência de afinidades sócio-econômicas e políticas entre os dois reinos que vinham se processando desde fins do século XV. A incorporação de Portugal ao império dos Habsburgos constituiu-se no clímax dessas convergências. A incapacidade dos dois países de permanecerem na ribalta das nações européias, e de responderem às transformações econômicas que varriam o continente, deve ser buscada na focalização de sua distribuição fundiária e hierarquia social. A fragilidade das coroas ibéricas, permanentemente ameaçadas pela cobiça colonial de outras nações e dependentes das oscilações dos produtos

primários com os quais abasteciam a Europa, encontrou, na associação político-administrativa, a salvação de interesses comuns, que depois se tornariam incompatíveis. Ao restaurar a independência portuguesa, d. João IV buscava tirar seu país dos reflexos da crise do império espanhol, ao mesmo tempo que cedia às pressões das camadas médias, das classes populares e mesmo de setores da nobreza. A lamentada "decadência" de Portugal, identificável desde testemunhos da época, diz respeito muito mais a uma postura moralista, valorativa, do que a critérios de análise historiográfica. Na realidade, repete as lamúrias da elite feudal e absolutista saudosa de seus tempos de glória - mas irreversivelmente atropelada pela história.

A preponderância dos fatores econômicos e políticos em seu esquema explicativo não impediu que Flávio de Campos temperasse a análise da União Ibérica com fenômenos mais sutis, próprios das chamadas "superestruturas". Assim, além das referências às artes e aos costumes do período enfocado, o autor dedica 19 páginas aos fenômenos milenaristas, em especial o sebastianismo - espécie de histeria messiânica que catalisou os anseios autonomistas e a identidade nacional lusitana. Nutrindo sonhos de esplendor acalentados por uma nobreza saudosa das glórias passadas, ao mesmo

tempo que alimentava a utopia de um mundo de fartura e justiça para uma população em permanente penúria e opressão, o sebastianismo é, segundo Campos, fundamental para a compreensão do nacionalismo português. Como a glória jamais retornou e a abundância sempre foi privilégio de poucos em Portugal e seus domínios, o autor é no mínimo plausível ao identificar a permanência de projeções sebastianistas em Fernando Pessoa, por exemplo. Afinal, a atemporalidade é o plasma dos mitos.

O livro apresenta, porém, uma contradição: com o subtítulo *apogeu e declínio* ele reforça a idéia de "decadência" que o próprio autor busca refutar, ao mesmo tempo que remete à decrépita noção de história como processo cíclico ("ascensão, apogeu e queda"). Mas Flávio de Campos apressa-se em demonstrar que a premissa de "decadência" faz pressupor um esplendor inequívoco ao anteceder o ocaso, sobretudo de Portugal, ensejando verdadeiros inquéritos judiciais travestidos de investigação historiográfica para identificar os culpados pelo naufrágio das potências ibéricas (pp. 7-11, 87-8). A contradição entre título e conteúdo não chega, porém, a comprometer o texto. O que talvez poderia ter sido mais explorado é a própria historicidade da perspectiva da "decadência".

Tal como o sebastianismo - o que o próprio autor constata (p. 9) - o discurso do "país decadente" é uma permanência nas "estruturas mentais" lusitanas identificável até Antero de Quental, pelo menos. Ousaríamos arriscar que Eça de Queirós é um de seus expoentes, na segunda metade do século XIX. O que escapou ao autor, entretanto, foi a percepção de que a "decadência" pode significar, para além do meramente valorativo, uma visão ideológica, a princípio negadora do capitalismo emergente e depois reafirmadora dele. Assim, entre os séculos XVI e XVII, enquanto país incapaz de acompanhar as transformações que o estrangulavam, ela ofusca os olhos de sua elite com um passado fulgurante a ser resgatado. Passado feudal, em que a nobreza avançava suas possessões fundiárias e se enriquecia com a expansão ultramarina, em detrimento da burguesia incipiente. Já no século XVIII e sobretudo no XIX, interessava resgatar a faceta audaz, empreendedora e "progressista", de conquistas e descobrimentos, com os quais o pequeno reino inaugurara a modernidade. Nada mais condizente com os desejos de ruptura do isolamento e da dependência, para os quais a nação lusa irremediavelmente resvalara. Nesse caso, a percepção da "decadência" nascia da crença no progresso tecnológico e intelectual, traduzido na im-

plementação das atividades fabris, no cerceamento do papel político-ideológico da Igreja, na abertura para o "estrangeiro", na simpatia pelo liberalismo - na modernização, enfim. Ao falar em "decadência", Quental e seus contemporâneos tinham a sociedade capitalista como contraponto inevitável. Útil à nobreza nostálgica da vitalidade perdida, à elite ilustrada desejosa de colocar Portugal em dia com a Europa e à burguesia lisboeta fascinada com a Paris da *belle époque* o discurso "acadêmico" da decadência atravessou três séculos como panacéia a desfocar as reflexões sobre os fatores endógenos do empobrecimento ibérico.

Mas, dentro dos propósitos e limites que esse tipo de publicação impõe, *História ibérica: apogeu e declínio*, no geral, cumpre sua tarefa com absoluta eficácia. O leitor minimamente interessado no tema encontrará um texto que informa sem abdicar da análise, da crítica, da originalidade. Para os que desejam ir além, este livro é um bom começo.